



ACTA
da
Reunião de negociação com o
Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado, a Associação Sindical dos
Conservadores dos Registos e a Associação Sindical dos Oficiais do Registo e Notariado

Acta n.º 29

Aos 22 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Vice-Presidentes do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado - STRN Norte e Sul e Ilhas (STRN), Presidente da Associação Sindical dos Oficiais do Registo e Notariado (ASOR), Secretária-Geral, Presidente da Assembleia-Geral, Vogal da Direcção e Membro do Conselho Fiscal da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos (ASCR), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular incidência em matéria remuneratória.

O Senhor SEJMJ agradeceu a possibilidade de realização da reunião com a presença de todas as entidades representativas do sector dos registos e do notariado e deu início à discussão do diploma que transfere o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça para a ADSE.

O STRN referiu já ter transmitido a posição desfavorável dos seus associados na anterior reunião de 14 de Outubro de 2010, em que apresentou documento de formalização da mesma. Enumerou exemplos de ineficiência da ADSE, em particular problemas concretos decorrentes de dificuldades e constrangimentos no acesso aos cuidados de saúde em regime convencionado. O STRN demonstrou ainda especial preocupação pelo futuro da ADSE e questionou se se prevê a sua ulterior extinção e transferência para o Serviço Nacional de Saúde, tendo o Senhor SEJMJ informado não estar equacionada tal extinção.

A ASCR destacou que o sistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça tem vindo há dez anos a degradar-se, esperando que do processo de transferência e de racionalização da ADSE decorra um melhor funcionamento da rede de prestação de cuidados de saúde e que os exemplos enunciados pelo STRN não sejam invocáveis.

O Senhor SEJMJ sublinhou que o Ministério da Justiça acompanhará o processo de transição e o funcionamento da ADSE e sugeriu a criação de mecanismos de monitorização pelas entidades sindicais com vista a acompanhar o processo de transição para a ADSE, recolher eventuais questões que venham a afectar os associados e transmiti-las ao Ministério da Justiça para intervenção célere junto do Ministério das Finanças.

O STRN questionou a possibilidade de se manter os actuais acordos com as entidades prestadoras de serviços, tendo o Senhor SEJMJ esclarecido estar prevista a caducidade de tais convenções e a avaliação casuística pela ADSE de novos acordos, sem prejuízo de se poder reforçar o articulado para garantir a não interrupção dos tratamentos.

Encerrada a negociação, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, procedeu-se de seguida à negociação das normas da PLOE/2011 com particular relevância em matéria remuneratória, que se concluiu com a discordância frontal das entidades sindicais presentes quanto ao teor de todas as medidas propostas pelo Governo ao Parlamento.

No âmbito da discussão, abordou-se ainda questões relacionadas com:

- a) O processo de racionalização da rede de Conservatórias, tendo a ASCR alertado para diversos problemas no funcionamento das Lojas do Cidadão e para os avultados custos que acarretam para os serviços do IRN;
- b) Os trabalhos preparatórios dos projectos de diplomas referentes ao regime das carreiras especiais, aos vencimentos, à revisão da lei orgânica e à adaptação do SIADAP aos serviços do IRN, que continuarão sob o signo da neutralidade financeira e serão distribuídos oportunamente para apreciação;
- c) A prorrogação da Portaria dos vencimentos;
- d) A integração dos Adjuntos do Conservador e a necessidade de se lhes reconhecer o vínculo e o cargo para que concorreram há 10 anos, a ser apreciada com o Ministério das Finanças e da Administração Pública e debatida em ulteriores mesas exploratórias com as entidades sindicais.

O Senhor SEJMJ informou que determinará a disponibilização de uma nota na intranet do IRN com o elenco de projectos de diplomas em preparação e discussão e de questões pendentes, tendo solicitado a colaboração das entidades sindicais presentes no sentido de as transmitirem ao Gabinete para ulterior agendamento de reuniões de trabalho.

A reunião foi encerrada pelas 12h00.

Pelo Sindicato dos
Trabalhadores dos
Registos e do
Notariado,
O Vice-Presidente do
STRN Sul e Ilhas,

Pedro Canhão

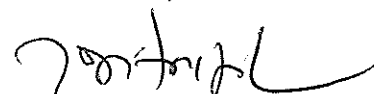
Pela Associação
Sindical dos Oficiais do
Registo e Notariado,
O Presidente,

Paulo Morais e Silva

Pela Associação
Sindical dos
Conservadores dos
Registos,
A Secretária-Geral,

Margarida Martins

Pelo Ministério da
Justiça,
O Secretário de
Estado da Justiça e da
Modernização
Judiciária,



José Magalhães